

## **A CRISE DAS OLIGARQUIAS NA PARAÍBA: O CASO DE SANTA CRUZ E SEUS “CABRAS”<sup>1</sup>**

Gilney Christierny Barros dos Anjos<sup>2</sup>  
Giulianne Chrishina Barros dos Anjos<sup>3</sup>  
José Flor de Medeiros Júnior<sup>4</sup>

A história republicana brasileira é, historicamente, marcada por atos autoritários, opressivos, notabilizando-se, desde a sua instauração, a presença de pequenos grupos no comando do poder, grupos estes que tomam prioritariamente medidas de beneficiamento próprio, permanecendo, a grande maioria da população, a ter condições precárias de vida.

A Proclamação da República foi fruto da aliança entre cafeicultores do Oeste paulista e militares, ambos ansiosos de maior participação política, visto que os militares vinham, após a Guerra do Paraguai, criticando a posição secundária que o Império lhes conferia enquanto instituição, e defendendo o “cidadão de farda”, ou seja, o reconhecimento de sua presença na política, algo negado pela monarquia. Assim, sendo, sob a influência do positivismo<sup>5</sup>, defendiam o regime republicano.

A província de São Paulo vinha no transcorrer dos últimos anos do Império concentrando o poder econômico da nação, uma vez que os engenhos de açúcar, que firmavam o eixo econômico do Brasil na região, hoje, chamada de Nordeste, estavam em franca decadência diante de uma conjuntura internacional desfavorável, da emergência de outros cultivos mais lucrativos em outras regiões, e debilitados com a perda da mão-de-obra escrava, não tendo, pois, condições financeiras para a modernização e transição para mão-de-obra assalariada. Esta decadência se notabilizou não só nos engenhos do nordeste, uma vez que mesmo o Vale do Paraíba passou por esse processo.

Um ponto importante a ser ressaltado é o que diz respeito à modernização dos engenhos, uma vez que os incentivos governamentais que os senhores de engenho recebiam não foram empregados na modernização das técnicas de produção açucareira, as quais se mantiveram estagnadas, em contraposição, por exemplo, ao que ocorreu nas lavouras de café. A própria questão da mão-de-obra transparece a ineficácia dos senhores de engenho quanto à modernização da produção, pois, mesmo após a Abolição, as relações de trabalho que se sedimentaram no meio açucareiro não propiciaram a formação de um mercado consumidor.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Graduando em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>3</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>4</sup> Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>5</sup> Os militares brasileiros baseavam-se no pensamento positivista de Auguste Comte. O positivismo comtiano tinha como base a crença na Idade de ouro, em que os homens se realizariam plenamente. Os positivistas eram contra a democracia representativa, ao passo que defendiam uma ditadura republicana que promoveria todas as liberdades espirituais, a inserção do proletariado e a eliminação dos privilégios da burguesia.

É essa conjuntura que leva à decadência dos engenhos, e conseqüentemente do poder político que deles era emanado, também a partir dos próprios senhores de engenho, observando-se que mesmo a modernização representada pela saída do Engenho para a Usina veio através do Governo.

Ao falarmos da emergência de cultivos mais lucrativos em outras regiões, entramos numa discussão que se faz necessária aqui, que é a delimitação conceitual de região com a qual estamos trabalhando. Tendo como pressuposto que não havia, até a década de 40 do século XX, a divisão do país em cinco regiões, existindo apenas uma divisão genérica entre Norte e Sul, percebemos que várias eram as “regiões” que formavam o Brasil até a referida década.

Falamos de região em acordo com o raciocínio de Francisco de Oliveira quando conceitua região enquanto

“espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar em que são *personas* do capital e de sua contradição básica.”<sup>6</sup>

Assim, várias eram as “regiões” pelo fato de que havia diversos espaços econômicos no Brasil com atividades produtivas, e conseqüentemente relações de produção, diferentes. Espaços esses em que o econômico e o político se fusionam e assumem formas específicas no contexto social. Ou seja, entendemos que a dimensão política do conceito de “região” atua em conjunto com a dimensão econômica, uma vez que as classes que dominam o campo econômico monopolizam também a esfera política, instaurando relações sociais que se enquadram nos limites que seus objetivos econômicos/políticos delimitam. As classes dominantes se mantêm como tal, enquanto conseguem impedir a penetração de outras formas de relações de produção, o que confere uma natureza dinâmica ao conceito político e econômico de “região”.

Especificamente com relação ao espaço que é denominado hoje de Nordeste, podemos dizer que existiam várias “regiões” dentro dele, visto que os espaços que correspondem hoje a Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas poderiam ser considerados como a “região” eminentemente da produção açucareira, já os do Ceará, Piauí e Maranhão não realizavam atividades econômicas de expressão na economia colonial, e que mesmo o que hoje é Bahia e Sergipe, tendo como predominante a produção açucareira, sua classe proprietária era diferente das dos outros espaços açucareiros, configurando assim outra “região” dentro do Nordeste.

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, 1977, p. 30.

Assim, a concentração econômica em São Paulo se dava prioritariamente pela emergência de uma outra “região” que era o Oeste paulista, o qual despontava como grande centro agrícola-exportador de café, mas esse poder econômico não tinha um correspondente poder político. Percebendo os paulistas que mesmo representando o centro econômico do país, as decisões provinham das outras províncias, estas é que decidiriam o futuro de São Paulo, nota-se a necessidade de procurar igualar esse poder político ao poder econômico.

É nesse sentido que os paulistas reivindicam a D. Pedro II a igualdade de representação política entre as províncias, mas ao negar o imperador acaba por perder o apoio político de São Paulo e, assim, um importante passo é dado em direção ao fim do Império.

Expomos, assim, os interesses que levaram à ação conjunta dos cafeicultores paulistas e dos militares em prol da mudança de sistema político, ou seja, da Proclamação da República, a partir da qual se inicia no Brasil um novo regime político, que, no entanto permanecia igual em sua estrutura, visto que aqueles que compunham o Partido Liberal e o Conservador durante o Império vão ser os mesmos a compor os partidos republicanos estaduais.

Mas apesar do que comumente se denomina de república da espada, tendo-se aí os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a força dos cafeicultores vai ser sobrepor, uma vez que de forma geral estavam unidos, ao contrário dos militares que tinham divisões internas. Por pressão dos cafeicultores, o governo passa realmente para as mãos dos civis, cafeicultores paulistas, e, assim, inicia-se o processo contínuo de beneficiamento de São Paulo em detrimento do restante do país.

Essa preponderância dos cafeicultores paulistas foi possível pelo fato de, como já mencionamos, a economia nordestina, foco maior da cultura açucareira, passou por uma redefinição que a colocou em um patamar de importância inferior no contexto nacional. Em meio a isso, portanto, os coronéis da elite açucareira nordestina perdem o controle político da nação, bem como o do próprio Nordeste, pois uma outra “região” começa a se firmar no interior do próprio Nordeste a partir da intensa difusão que a cultura algodoeira vive principalmente no século XIX, como será explicitado melhor adiante.

No entanto, apesar de todas as medidas legais, em prol dos paulistas, que foram injetadas na nova constituição – como, por exemplo, a retirada do voto censitário em favor da concessão do direito do voto a todos os homens alfabetizados, visto que estes estavam concentrados em São Paulo – começou a se firmar no Brasil um verdadeiro “acordo de cavalheiros” em que se estruturava o federalismo brasileiro “sobre o café, café puro se possível, café com leite se necessário” (Faoro, 1995, p.554). Iniciar-se-ia uma alternância entre presidentes paulistas e mineiros, a chamada república do café-com-leite, uma vez que estes eram os principais produtos de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente, com o peso inigualável do café sobre a economia do país.

Este acordo é, no entanto, estabelecido de forma decisiva na Presidência de Campos Sales (1898-1902), uma vez que este percebe que é necessário uma articulação de São Paulo com os poderes regionais para de fato se sedimentar o poder político paulista, enquanto um poder nacional, legítimo. Campos Sales inicia, então, um processo de conversação com aqueles que detinham o poder político em cada Estado, para que assim fosse estruturada uma política de troca de favores entre o governo federal e os governos estaduais.

Como os coronéis – o termo coronel advém do Império, quando era concedido, aos dirigentes das elites locais, homens poderosos econômica e politicamente, a condição de comandantes da Guarda Nacional, extinta com o advento da República – manipulavam as pessoas que a eles estavam submetidas, principalmente financeiramente, abre-se espaço para a formação de um círculo vicioso de troca de interesses, de manipulação de favores.

Campos Sales institui assim a Política dos Governadores, Política dos Estados por ele denominada oficialmente, que se constitui com uma política em que São Paulo permanecerá com o predomínio absoluto, mas que contará com o apoio dos governadores de cada estado.<sup>7</sup> Esse apoio se fixa num acordo em que prevalece uma relação de troca de favores, na qual o governo federal fornece o subsídio financeiro para possibilitar a manutenção do controle dos coronéis sobre a sua região, sobre aqueles que constituem a massa pobre, subjugada, e em troca recebe dos coronéis o apoio político.

Para fornecer esse apoio, os coronéis exerciam uma política clientelista sobre a população, obrigando-a a votar nos candidatos que eles escolhiam e que iriam defender a política, os interesses do governo federal. Assim, as eleições aconteciam em meio a essa prerrogativa do voto de cabresto, do curral eleitoral e da degola, tendo-se ainda o fato de que não havia nenhum controle jurídico, sendo os próprios coronéis os responsáveis pela fiscalização.

Desta forma, acabavam por serem eleitos para governadores, deputados estaduais e federais aqueles que já estavam comprometidos com o poder federal oriundo de São Paulo. Reforçava-se, assim, a política oligárquica, em que São Paulo e Minas Gerais ditariam as decisões, os interesses do país, estando os governantes do restante dos estados preocupados em defender o seu poder regional, desvirtuados das questões nacionais.

O que nas palavras de Faoro

“A política dos governadores (...) será o pedestal sobre o qual imperará Campos Sales, num esquema político de trinta anos, apesar de sua estrutura não monolítica”.<sup>8</sup>

O que podemos evidenciar aqui é que esta estrutura foi marcada por disputas inter-oligárquicas nos diversos Estados, disputas que ocorriam no momento de mudanças pelo

---

<sup>3</sup> Com a Constituição republicana de 1891, é adotada no Brasil, sob o regime representativo, a República Federativa como forma de governo, sendo constituída pela união indissolúvel de suas antigas províncias, as quais passam a se chamar estados.

<sup>8</sup> FAORO, 1995, p. 520.

qual passava o sistema oligárquico do Brasil em inícios do século XX, uma vez que se notabilizava o acirramento de crises entre os poderes locais, com declínio e ascensão de oligarquias.

É necessário explicitarmos que, ao termos como base um conceito de “região” sedimentado na ênfase da dimensão política em conjunto com a dimensão econômica, entendemos por oligarquia aquele grupo que controla a atividade econômica que se sobrepõe as demais e que a partir disso centraliza também a direção da política local, exercendo desta forma um controle econômico e político sobre a sua “região”.

Assim, as oligarquias que dominam cada estado constituem os chamados poderes regionais, que se articulam com São Paulo na política dos governadores, devendo-se dizer que elas se constituem dentro de um processo dinâmico, em que conflitos internos e dissidências acontecem e novas oligarquias se formam.

No contexto nacional no início do século XX, se notabilizou uma figura que pode ser considerada como o coordenador da política aliciada dos chamados pequenos estados, que é Pinheiro Machado, líder no Rio Grande do Sul, estado historicamente que diverge sem temer a intervenção federal, mas que neste momento se mantém apenas na “direção das forças em dissídio – em dissídio, mas ainda não em oposição”. (FAORO, 1995, p. 583) Assim, Pinheiro Machado aglutina em seu bloco as oligarquias do Norte, compreendendo desde o Amazonas até Alagoas.

Esse momento de crises entre os poderes locais se notabiliza mesmo nos estados hegemônicos<sup>9</sup>, como foi o caso de Minas Gerais quando da sucessão do presidente Afonso Pena (1906-1910), uma vez que este tenta fixar um nome para seu sucessor, que acaba sendo recusado por uma facção oligárquica mineira, não obstante ele ser mineiro.

Dividida a política mineira, apesar de estar unida a situação dominante de São Paulo, abriu-se espaço para uma campanha que, assentada na nova hegemonia mineira, com figuras como Francisco Sales, e no grupo liderado por Pinheiro Machado, acaba por escolher como candidato a presidente, e por eleger, um militar.

Assim, chegamos a um contexto político ainda mais restrito que é o da volta de um militar à presidência durante o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), presidência que, fruto de contraposições, vem representar de fato a crise que esta acontecendo no sistema oligárquico brasileiro. Isso faz transparecer ainda o fato de que o exército não esteve totalmente afastado da política depois do governo de Floriano Peixoto, uma vez que isto “equivaleria a consagrar o imobilismo oligárquico do regime, sob o domínio hegemônico

---

<sup>9</sup> Temos como base aqui o conceito de hegemonia de Gramsci, discutido por Luciano Gruppi, o qual coloca que “hegemonia significa essencialmente capacidade de direção”. Assim, tomar São Paulo e Minas Gerais como estados hegemônicos, significa entendê-los como estados que, ao se sobreporem economicamente aos demais, assumem a direção, tornam-se guias no processo decisório nos diversos âmbitos do país.

de São Paulo e Minas Gerais”.(FAORO, 1995, p.542) Ocorrendo que muitos líderes políticos estaduais continuaram articulados aos militares.

Essa conjuntura política foi acompanhada por mudanças econômicas e sociais, culminando com mudanças estruturais. Podemos dizer que ainda nos anos 10 começam a se sedimentar as primeiras modificações na sociedade brasileira, nas quais percebemos a introdução das idéias anarquistas, através dos imigrantes, que forneceram a base para a formação do ideário da classe operária brasileira, tendo-se neste sentido como marco a greve dos trabalhadores de 1917 e ocorrendo concomitante a isso o início da constituição de uma elite burguesa.

Foi realmente durante a Primeira Guerra que o Brasil teve que sair um pouco da condição de país agrário-exportador, que vigorava desde o período colonial, passando pelo Império, e iniciou seu processo de industrialização pela política de substituição de importações, uma vez que a vulnerabilidade agrário-exportadora no contexto da guerra incita no país o deslocamento dos investimentos para o setor industrial. Há nesse período ainda o crescimento das cidades, começando o Brasil a ficar dividido entre os coronéis e a burguesia que está se formando.

Assim, juntam-se às disputas oligárquicas e aos militares, outros setores da população brasileira que contribuíram com o momento de transformações pelo qual o Brasil passou no início do século XX, uma vez que reivindicavam mudanças econômicas e políticas no país, como foi o caso do crescente setor industrial.

O contexto histórico específico da Paraíba estava intrinsecamente interligado ao que vigorava no restante do Brasil. Com a ascensão do café no Oeste paulista e a sobreposição à cultura açucareira, em fins do século XIX, como já fora discutido, o eixo econômico do Brasil sai, definitivamente, do Nordeste em direção ao Sudeste. Neste sentido, com o declínio da lavoura açucareira, outras atividades produtivas da Paraíba conseguem uma maior inserção no cenário econômico, como o foi o caso da pecuária e principalmente da lavoura algodoeira.

O algodão, cultura autóctone do nordeste brasileiro, desenvolveu-se com maior intensidade a partir de meados do século XVIII, tendo-se que

“Vários fatores contribuíram para o seu desenvolvimento: o aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários, como o ‘algodãozinho’; a descoberta da máquina a vapor e o seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra e a conseqüente Revolução Industrial; a abertura dos postos as nações amigas por D. João VI, em 1808; e os eventos políticos internacionais como a Guerra da Secessão, eliminando do mercado internacional, por um período relativamente longo, concorrentes que dispunham de técnicas mais aperfeiçoadas e de produto de melhor qualidade que o Nordeste brasileiro.”<sup>10</sup>

Contudo, é

---

<sup>10</sup> ANDRADE, 1986, p. 124-125.

“na segunda metade do século XIX [que] o algodão passa a posição de relevo na economia paraibana, contribuindo para sua dinamização e alteração de sua estrutura de poder. O Sertão, o Cariri e, principalmente, o Agreste constituíram-se no seu habitat natural e social”.<sup>11</sup>

Sendo que foi somente em 1865 que o algodão passa a liderar as exportações paraibanas. Assim, evidenciando as mudanças econômicas que ocorreram na Paraíba desde a segunda metade do século XIX, percebemos que houve o declínio da cultura açucareira e a ascensão da algodoeira, bem como de cidades que tiveram seu desenvolvimento pautado no comércio – caso de Campina Grande –, sendo que essas mudanças possibilitaram a própria redefinição dos grupos oligárquicos, uma vez que

“a economia paraibana foi progressivamente se reorganizando, paralelamente ao movimento de redefinição de suas oligarquias, cuja configuração no processo produtivo orienta o caráter das mudanças correspondentes”.<sup>12</sup>

É neste contexto que sedimentamos este trabalho, sendo nosso objetivo discutir uma insurreição armada que convulsionou o estado da Paraíba. Enfocamos, pois, o caso de Augusto Santa Cruz, natural de Alagoa do Monteiro, procurando discuti-lo, não enquanto um movimento centrado apenas no oligarca, mas buscando perceber a participação de seus homens, dos genericamente chamados de cabras, jagunços, cangaceiros. Buscamos compreender como esses homens eram afetados por essas transformações históricas, quais significados conferiram as suas ações em prol do movimento de Santa Cruz.

A insurreição de Santa Cruz ocorreu em 1912, sendo que esse levante armado teria sido em prol, teoricamente, do movimento salvacionista que os militares vinham empreendendo pelo Brasil, durante o governo de Hermes da Fonseca.

Mas o que foram as “salvações” hermistas? Como já fora mencionado, os militares não constituíam um corpo homogêneo, mas sim esfacelado em facções, tendo-se a que defendia a abstenção em relação à política e a que lutava por uma ação “moralizadora” na república dominada por oligarquias. Assim, as salvações têm origem nesta última, ou seja, na intenção de parte dos militares em quebrar o monopólio regional das oligarquias.

O governo Hermes, apesar de, contraditoriamente, ser apoiado por setores oligárquicos, já que fora eleito com o apoio de Minas Gerais e do coronel gaúcho Pinheiro Machado, como pelos militares “moralizadores”, acabou iniciando por pressão destes últimos a política de “salvações nacionais”, ou seja, política de intervenção nos Estados para estabelecer governos militares em substituição aos oligarcas, e a partir disso moralizar as instituições republicanas, diminuindo as desigualdades sociais.

Foi em meio a esse respaldo ideológico que se buscou a malograda intervenção em São Paulo em 1911 e as bem sucedidas nos estados de Pernambuco (1911), Bahia, Ceará e

---

<sup>11</sup> GURJÃO, 1994, p. 20.

<sup>12</sup> Op. cit. 1994, p. 34.

Alagoas (1912), sendo que, em Pernambuco e no Ceará, o Exército teria tido o apoio do povo. Esses setores que queriam “moralizar o regime” e enfraquecer as oligarquias agrárias teriam encontrado apoio nas classes médias urbanas, mas aqui reside um paradoxo, pois muitos daqueles que comporiam essa classe média estavam atrelados aos interesses da classe agrária, sendo até mesmo proprietários de terras.

Se entendermos por classe média profissionais como médicos e advogados, poderíamos então dizer que Santa Cruz se enquadraria nela, uma vez que era bacharel em Direito, bem como o outro líder do movimento de 1912, o médico Franklin Dantas, natural de Teixeira.

Mas apesar de terem se notabilizaram contatos mais próximos entre Santa Cruz e um militar de prestígio, como era Dantas Barreto, não é certo que este movimento tenha estado prioritariamente sedimentado no contexto salvacionista, uma vez que Santa Cruz o iniciara em meio aos desentendimentos que vinha tendo com políticos do seu município e de ter mesmo chegado a romper com o governo do Estado, ocorrendo, portanto, desencontros políticos antes mesmo de se iniciarem as “salvações” hermistas.

Permearam esse movimento, fatos da política local anteriores as “salvações” hermistas, que são as acusações que Santa Cruz sofreu de ser mandante de assassinatos e de conflitos na sua região, além dos constantes estragos que vinham sendo feitos as suas propriedades pela força policial que dizia perseguir cangaceiros. Estes fatos, culminando com o total apoio do governo do estado ao seu rival local, Pedro Bezerra, levaram Santa Cruz a decidir-se por um enfrentamento armado com a polícia paraibana.

Ainda em 1911, Santa Cruz invadira Alagoa de Monteiro, prendera as maiores autoridades, como o prefeito, o promotor e outros coronéis poderosos na tentativa de convulsionar o estado e provocar a intervenção federal, mas é marcante neste acontecimento a alta importância conferida à prisão de um de seus “cabras”, ao fato de que tinha sido traído, pois Santa Cruz, após ter tido a palavra do juiz da cidade que não prenderia o tal cabra, havia convencido Peba (o tal cabra) a se apresentar à delegacia, não esperando, no entanto, que este ficasse preso, como ocorreu.

A partir dessa prisão, Santa Cruz é constantemente provocado pelas autoridades locais, que diziam que se ele fosse soltar o “cabra”, ficaria também preso, ameaças que visavam deixá-lo fora da política do município. Era intenção de Santa Cruz se submeter a júri, mas diante da situação que se instalou, na qual a sua moral vinha sendo abalada, amargando ainda o gosto de uma traição, coisa extremamente grave em uma sociedade pautada pelo valor da palavra empenhada, ele decidiu-se por revidar a traição, por vingar a sua honra.

Todos os fatos que daí se desenrolaram, vão desde a fuga para o Ceará e a proteção de Pe. Cícero, culminando na volta de 1912 e na invasão de várias cidades paraibanas, são marcados pelo desejo de se contrapor aos mandos e desmandos da oligarquia que governava a Paraíba, podendo então dizer que constituía-se assim esse movimento em uma

revolta no interior do sistema oligárquico, uma vez que Santa Cruz era um líder político, um coronel, que vinha sendo desprestigiado pela oligarquia estadual e que estaria tentando retomar seu prestígio político.

Mas o que teria sedimentado a relação tão incondicional que havia entre Santa Cruz e seus cabras, uma vez que estes em sua esmagadora maioria mantiveram-se ao lado do líder, prontos para com ele morrer se fosse preciso. Sabe-se que alguns cabras já tinham tido ligações com o cangaço, mas a maioria era proveniente de um sistema de relações pautado na confiança, ajuda e proteção diante do chefe.

Teriam esses cabras visto nesse movimento uma possibilidade de ter vez e voz no cenário político, uma vez que independente das táticas de luta que empreendia, seus líderes objetivavam a queda da oligarquia dominante? Buscavam uma oportunidade de quebrar assim com o conformismo reinante na população, já que através desse movimento, se inseriam na política, executavam um papel, assumiam um lugar nesse contexto? Teriam visto no fato de terem líderes “doutores” um respaldo as suas ações, significando-as como engajamento político, o que as distinguiria de simples atos de anarquia?

Partindo do pressuposto de que as relações entre trabalhadores rurais e fazendeiros eram pautadas no compadrio, na submissão-dominação que acabavam por legitimar que legitimava o poderio destes últimos (GURJÃO, 1994), questionamos se as ações desses “cabras” se reduziram aos interesses de Santa Cruz de recuperar seu prestígio político ou se também se engajaram nesse movimento por significá-lo como uma defesa do seu lugar no espaço oligárquico, pois seu chefe político, ao voltar a ter prestígio, continuaria a propiciar benefícios que atingiam suas vidas pessoais.

Em face do início apenas da pesquisa nos limitamos a dizer que é necessário um outro olhar diante dos movimentos sociais rurais, e também urbanos, um olhar que destoe da dicotomia dominantes X dominados e também do pensamento simplista que classifica a participação dos trabalhadores rurais, em movimentos como o que ora estudamos, como atos inconscientes, sendo pautados apenas no respeito inquestionável às ordens que os coronéis davam.

É com essa proposição que enfatizamos a discussão da participação dos “cabras” de Santa Cruz no movimento de 1912, como uma defesa do espaço que ocupavam no sistema oligárquico, como a compreensão de que a vitória do movimento e a conseqüente volta do prestígio político de Santa Cruz significava a manutenção de benefícios que eles recebiam, seja como moradores, capatazes ou o que fosse.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. 11 ed., Globo, 1995. Vol. 2.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: ED. UNIVERSITARIA/UFPB, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.